

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Para emitir parecer pela Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle, tem a palavra o Deputado Márcio Canella.

O SR. MÁRCIO CANELLA (Para emitir parecer) - Sr. Presidente, acompanho o parecer da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Votando para colher o parecer da Comissão de Servidores Públicos, tem a palavra o Deputado Flávio Serafini.

O SR. FLÁVIO SERAFINI (Para emitir parecer) - Sr. Presidente, acompanho o parecer da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Com os pareceres emitidos em discussão a matéria.

O SR. LUIZ PAULO - Solicito a palavra para discutir a matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Para discutir a matéria, tem a palavra o Deputado Luiz Paulo.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Solicito a palavra para discutir a matéria, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ PAULO (Para discutir a matéria) - Sr. Presidente, esse é um tema relevante: empréstimo consignado, isto é, o servidor toma um empréstimo e o desconto vem em folha.

Quando foi criado o empréstimo consignado, houve uma avalanche de pedidos. Muitas vezes o servidor público chegou a comprometer 70% do seu salário para pagar as parcelas para os mais diversos consignados, e os juros nunca foram apetitosos. Não eram juros de mercado tão agressivos porque a garantia dos bancos é muito forte já que o desconto é em folha; ainda assim, os juros eram parrudos, que o servidor nunca mereceu.

Em ações do Ministério Público, foi estipulado que a margem de todos os consignados não podia exceder a 30% do salário bruto mensal do servidor. Agora, estamos vivendo uma pandemia. O que se está querendo é o aumento dessa margem, mas acho que essa margem não pode ser aumentada indefinidamente, como bem salientou a Deputada Enfermeira Rejane.

Então, produzi uma emenda para discutir com os Srs. Deputados, no momento oportuno, para que essa margem, no máximo, seja elevada a 40%. É um dado empírico, mas pelo menos ficaria preservado, pelo menos, 60% do salário.

Ao mesmo tempo, Deputada Enfermeira Rejane, produzi outra emenda para que o empréstimo consignado fosse aberto pelo Rio-previdência, o instituto próprio para abrir consignado para os servidores ativos, inativos e pensionistas, com margens que também podiam ser de 30%, inicialmente, mas que os juros praticados fossem os da taxa Selic - 3,75% a.a - não é ao mês, como os bancos cobram; é ao ano. E a taxa Selic está com viés de baixa, quer dizer, os juros vão diminuir mais ainda. Então, podia regular os juros com a taxa Selic, que define os juros no nosso país.

O projeto é oportuno. Precisamos fazer uma reflexão sobre as emendas para que haja coerência.

Quando o Governo Federal liberou empréstimo dos bancos para os cidadãos que estão hoje amargurados, com as micro e pequenas empresas, com taxa Selic, isto é, com 3,75%...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Peça concluir, por favor, Deputado.

O SR. LUIZ PAULO - ...os bancos, Sr. Presidente, não emprestaram a ninguém; eles se fecharam em copas, porque com juros com taxa Selic eles não ganham a montanha de dinheiro que ganham extorquindo a população brasileira.

Vamos perseguir com uma economia recessiva, que se tornará rapidamente uma economia depressiva. Portanto, está na hora de que haja dinheiro circulando no mercado, incluindo dinheiro de empréstimo, mas que esse dinheiro seja com valores inferiores de juros à taxa Selic que hoje está 3,75% ao ano. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputada Enfermeira Rejane.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Sras. e Srs. Deputados, estamos discutindo o PL 2074, do Deputado Sérgio Louback, que autoriza o Poder Executivo a ampliar as margens consignáveis dos servidores estaduais junto às instituições financeiras, ampliando sua linha de crédito. Eu fui contrária a este Projeto, eu entendo muito bem qual é a intenção do Deputado, uma situação muito difícil para toda a população e, também, para os servidores, inclusive com a possibilidade apontada pelo Governador de haver problemas com o pagamento dos servidores. No entanto, no meu entendimento, ampliar essa margem consignável, que é 30% hoje, é para a pessoa não se endividar, porque mesmo sendo uma opção do servidor, sabemos que é difícil, quando a pessoa precisa, ela se endivida. E os bancos, as instituições financeiras, são de uma ganância muito grande. Nós já vimos muitos profissionais tirarem a própria vida, porque ganham pouco, não têm condição de pagar suas dívidas, e isso envolve também um problema psicológico, um problema social.

Nós também colocamos várias Emendas dizendo o seguinte: "Adiciona-se ao Projeto de Lei reenumerando os demais com a seguinte redação: os contratos celebrados no percentual adicional deverão observar as seguintes regras, não haver incidência de juros remuneratórios ou moratórios e a primeira parcela do vencimento após 120 dias da data de contratação". E a outra Emenda fala também do percentual igual ou inferior a 3,75%, ao ano, e a primeira parcela também 120 dias depois.

Então, eu acho que todo mundo está preocupado com o servidor, é necessário que aproveemos um PL que eu apresentei, não sei se outros Deputados também já apresentaram, de concedermos ao Governador a autorização para que ele dê realmente um adicional, uma ajuda financeira aos servidores, principalmente aos servidores da Saúde, que não têm Plano de Cargos, Carreiras e Salários, que estão há muitos anos com o salário defasado e que agora estão sendo cobrados a salvar a vida do nosso povo. Nada mais justo do que pensarmos realmente numa gratificação. Este foi o PL que apresentei. Por isso, fui contrária a este aqui, porque chega da gente favorecer os tubarões, que são os grandes bancos, as grandes instituições financeiras do nosso Estado. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputada Martha Rocha, em seguida, Deputado Waldeck Carneiro, depois Deputado Alexandre Knoploch.

A SRA. MARTHA ROCHA - Sr. Presidente, a minha preocupação, e externei no momento que dei aqui o voto pela Comissão de Saúde, e quero agradecer à Deputada Enfermeira Rejane o voto divergente, porque na verdade nós somos a mesma preocupação que é de alguém que oriunda do serviço público. Eu cresci no serviço público e lembro nitidamente de companheiros da Polícia Civil que pegaram um empréstimo e depois pegaram um segundo empréstimo para pagar os juros do empréstimo anterior.

Quando li a justificativa do Projeto, e o Deputado Sérgio Louback fala da possibilidade de reorganização financeira em tempos de coronavírus, mas acho profundamente temerária a aprovação deste Projeto quando não estabelece limites exatamente para o endividamento usurpando aí uma fala do Deputado Luiz Paulo, desse entendimento empírico, eu também apresentei uma Emenda que limita o valor de 50%. No segundo momento, a nossa Emenda estabelece que só poderá existir essa expansão de limite durante o período da calamidade da pandemia do coronavírus, colocamos que as consignatárias devem informar por escrito as taxas de juros referentes a es-

te empréstimo consignado. E, finalmente, colocamos que em caso de quitação antecipada, não poderia ser cobrado os juros das parcelas restantes e obrigatoriamente o que deveriam ser excluídos do valor a ser pago pelo servidor.

Então, acho que este Projeto vai, sem dúvida nenhuma, tem muitas Emendas, vai ser amplamente debatido por nós e eu espero, ao final, ter convicção para decidir o que é melhor para o servidor e eu não tenho dúvida de que o desejo do Deputado Sérgio Louback é o desejo de melhorar as condições, mas, quero dizer que tenho profundas dúvidas se este Projeto ajuda verdadeiramente o servidor a ter uma reorganização da sua vida financeira. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Waldeck Carneiro. Peça a quem puder ser o mais breve possível.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, sobre aquele Projeto do ITD, eu tinha feito uma confusão, não foi nem minha assessoria, eu mesmo, então, o Deputado Luiz Paulo estava certo, eu quero aqui agradecer e reconhecer que eu, pessoalmente, me equivoquei.

Sobre este Projeto, eu tenho também muitas preocupações, embora, tendo ouvido o autor, Deputado Sérgio Louback, e lendo a justificativa da matéria, eu compreendo a sua preocupação que tem pelo menos dois aspectos nessa discussão. Em primeiro lugar, tem o aspecto referente à preocupação em, digamos, destravar o crédito, ou seja, ampliar uma certa liquidez no momento em que a economia está em fase que caminha para uma recessão, senão para uma profunda recessão no pós-pandemia, e com isso, quaisquer mecanismos para destravar o crédito e permitir a circulação de dinheiro, pode ser útil e, particularmente, nesse caso, voltado para o servidor. Então, esse é um aspecto que eu não desconsidero.

Entretanto, e aí, na linha das preocupações trazidas pela Deputada Enfermeira Rejane no seu voto divergente na Comissão de Saúde e agora na discussão feita pela Deputada Martha Rocha, eu tenho muita preocupação com o processo de endividamento do servidor com o aumento da sua margem de empréstimo consignado. Por isso, é preciso, caso a matéria seja aprovada, que consigamos colocar alguns limites.

Eu fiz duas Emendas, uma o Deputado Luiz Paulo estava discutindo a respeito para que consigamos estabelecer no Projeto, fixar no Projeto, um limite em relação à taxa de juros praticada pelos agentes financeiros e que tem que ter como referência, afinal de contas a Selic fixada pelo Conselho Monetário Nacional, uma taxa anual que não exceda o valor da Selic, porque, afinal de contas, ou temos a Selic como referência ou isso vai servir para quê?

Então, eu acho que seria uma maneira de ponderar os riscos para o servidor de um excessivo endividamento. Este é o conteúdo da minha Emenda.

E a outra Emenda também trabalhando com o prazo diferenciado de carência para o início do pagamento, ou seja, na nossa proposta, que esse prazo não seja inferior a 180 dias da contratação de empréstimo, ou seja, o agente financeiro passa a cobrar ao devedor a partir de 180 dias da definição da concessão de empréstimo. Isso, inclusive, eu proponho nas duas Emendas, esses dois quesitos, que seja uma condição para as instituições financeiras celebrarem ou renovarem convênios com o Estado para oferecerem empréstimo consignado para servidor estadual, efetivo ou comissionado, ou seja, que elas se comprometam formalmente com esses dois requisitos, do contrário, não poderiam nem celebrar, nem renovar os seus convênios com o Poder Executivo Estadual.

Portanto, é uma matéria que exige de nós muita reflexão, porque há um aspecto que pode ser positivo, mas pode causar muito transtorno na vida econômica dos servidores e de suas famílias.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Para discutir a matéria, tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Knoploch. (Pausa) Não havendo mais quem queira discutir, a presente proposta recebeu...

O SR. SÉRGIO LOUBACK - Sr. Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - ...19 Emendas e retorna às Comissões. Quem pediu para falar?

O SR. SÉRGIO LOUBACK - Sérgio Louback.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Sérgio Louback.

O SR. SÉRGIO LOUBACK - Rapidamente, Sr. Presidente. Eu quero agradecer a participação dos pares. Na verdade, quando da sua criação deixamos o Projeto bem aberto justamente para isso: para ampliarmos a discussão, como aconteceu, e a Casa Legislativa tem esse papel importante.

Sei que todos têm seu compromisso em proteger cada vez mais o funcionário público do Estado do Rio de Janeiro, e a intenção exatamente é esta: podermos discutir, maturar o Projeto, para que ele possa realmente atingir a finalidade esperada, Sr. Presidente. Muito obrigado e obrigado aos pares que me antecederam.

O SR. CAPITÃO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Quem quer falar?

O SR. CAPITÃO PAULO TEIXEIRA - Capitão Paulo Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Não, não. V.Exa. já falou três vezes, amigo.

O SR. CAPITÃO PAULO TEIXEIRA - Eu?

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Vou anotar; no final V.Exa. fala.

Anuncia-se a discussão única, em regime de urgência, do

PROJETO DE LEI Nº 2143/2020, DE AUTORIA DO DEPUTADO MÁRCIO GUALBERTO, QUE CRIA, NO ÂMBITO DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE, O 'DISQUE-COVID' NA FORMA QUE MENCIONA.

**PARÊCER:** DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, PELA CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA.

**RELATOR:** DEPUTADO ALEXANDRE KNOPLOCH. (PENDENDO DE PARECER DA COMISSÃO DE SAÚDE; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.)

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Para emitir parecer pela Comissão de Saúde, tem a palavra a Deputada Martha Rocha.

A SRA. MARTHA ROCHA (Para emitir parecer) - O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Para emitir parecer pela Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle, tem a palavra o Deputado Márcio Canella.

O SR. MÁRCIO CANELLA (Para emitir parecer) - O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Com os pareceres emitidos, em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, a presente proposta recebeu 17 Emendas e retorna às Comissões. Deputada Lucinha pediu para falar.

A SRA. LUCINHA - Obrigada, Sr. Presidente, por ter me dado a palavra. Achei que V.Exa., no início dos trabalhos, estava me perseguindo, não querendo me dar a palavra pela ordem.

Estamos aprovando vários Projetos importantes. A Casa vem produzindo a contento. Todas as matérias são importantes. Os Deputados vêm se dedicando. Quero, no entanto, Sr. Presidente, falar sobre a minha lei que foi aprovada, faltando que o Governador sancione, que preocupa muito a população, principalmente as pessoas que trabalham na área da saúde, os profissionais de saúde: o teste para saber se a pessoa está ou não contaminada com o coronavírus.

Os profissionais de saúde - auxiliares de enfermagem, técnicos de enfermagem e outros - não estão conseguindo fazer esse exame. Há relatos de pessoas que trabalham em hospitais do estado que não fizeram os exames e continuam atendendo a população diretamente na porta de entrada, nas grandes emergências.

Quero saber se o Governador vai sancionar ou não e como vai ficar a situação dos profissionais de saúde. A grande preocupação de todos os Deputados e da Comissão de Saúde é com a realização do teste, para saber se as pessoas estão ou não contaminadas. Senão, inviabiliza todo o trabalho que está sendo feito pelos profissionais de saúde.

Essa é a minha preocupação. Estou indagando de V.Exa., porque sei que tem a possibilidade de, junto ao Governador, intervir, para que, o mais rápido possível, esses exames possam ser realizados para que possamos ter todos os profissionais saudáveis, atendendo a nossa população que ainda vai precisar muito, ainda mais a partir dessa semana.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputada Renata Souza e depois Deputada Mônica Francisco.

A SRA. LUCINHA - Vai me responder, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Eu vou cobrar da Secretaria da Casa Civil e do líder do Governo, Deputada Lucinha. Pode ficar tranquila.

A SRA. RENATA SOUZA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é importante salientar todo o esforço que estamos fazendo nesta Casa Legislativa, aprovando esses Projetos. Sabemos o tamanho da excepcionalidade de todas as nossas ações, que são necessárias.

Apelei para a sensibilidade do líder do Governo em apreciar o Projeto com relação à distribuição alternativa de água. De maneira alguma eu quero, com isso, passar na frente de um colega Deputado que fez o seu protocolo antes. Não é isso.

A questão é: já faz três semanas que protocolamos esse projeto. Pude observar na nossa pauta de votação vários outros projetos que tinham numeração posterior à do que protocolamos - eram, portanto, de data posterior. Então, realmente, me causa espanto o argumento do líder do governo de que os projetos estão recebendo uma ordem cronológica. Não consigo observar isso. Tenho visto alguns projetos que foram protocolados outro dia já sendo apreciados e os que foram protocolados logo no início do anúncio do coronavírus ainda não vieram à tona.

Do mesmo modo que é importante a celeridade que esta Casa está tendo, com toda a atenção, para discutir e aprovar os projetos em todos os encaminhamentos que fazemos aqui em regime de urgência, é importante também que o governo responda na mesma sequência, afinal de contas, alguns projetos muito valiosos foram votados e aprovados nesta Casa, por unanimidade até, e não houve a sanção do Governador Witzel.

Faço um apelo para que possamos de fato vislumbrar a ordem de chegada dos projetos e espero que o projeto protocolado no dia 20 de março enfim possa ser apreciado, considerando a falta de água nas favelas e periferias do Estado do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, é preciso cobrar do Governo do Estado, do Governador Witzel, a sanção e regulamentação de projetos, fazendo com que todo o nosso esforço coletivo nesta Casa tenha consequência imediata para a sociedade.

É um apelo, compreendendo toda a situação de excepcionalidade, seja no governo, seja nesta Casa. Compreendemos também que estamos num momento de emergência e todos nós estamos funcionando dessa forma. É muito importante lembrar essa tentativa de aceleração da sanção dos projetos de lei que aprovamos nesta Casa e que são essenciais para o Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigada, Sras. e Srs. Deputados. Passo, de novo, a palavra à Presidência, agora com o querido Deputado Waldeck Carneiro.

(ASSUME A PRESIDÊNCIA O SENHOR DEPUTADO WALDECK CARNEIRO, A CONVITE.)

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigada, Deputada Renata Souza.

Tem a palavra agora a Deputada Marina Rocha. Consulto o plenário virtual...

O SR. MÁRCIO PACHECO - Quero me inscrever, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Terão a palavra os Deputados Marina Rocha, que já subiu à tribuna, Márcio Pacheco, Mônica Francisco e Luiz Paulo. Essa é a sequência, por enquanto.

A SRA. MARINA ROCHA - Sr. Presidente, nobres Deputados presentes em plenário e que nos assistem remotamente, todos que nos assistem pela TV Alerj, venho à tribuna para parabenizar o Presidente André Ceciliano por conduzir esta Casa, num momento de pandemia, com grande maestria.

A Casa não parou em momento algum. Vários projetos importantes estão sendo discutidos e aprovados para nos ajudar a superar este momento difícil. A Mesa Diretora teve um ato muito eficaz: destinou R\$ 100 milhões para ajudar os municípios do nosso Estado no combate ao coronavírus. Alguns municípios da minha região foram beneficiados e foi destinado um milhão para cada um deles, inclusive para Guapimirim.

Sr. Presidente, temos discutido vários projetos nesta Casa, inclusive a questão da calamidade pública.

Isso me traz muita preocupação. Não significa que estamos entregando um cheque em branco a esses prefeitos. Assim como estamos ajudando, destinando recursos, também vamos exercer o nosso papel de fiscalizar centavo por centavo, porque, na realidade, Sr. Presidente, existe muito lobo se vestindo de cordeiro neste momento, tentando se aproveitar dessa pandemia. Enquanto muitos comerciantes, pequenos empresários e até mesmo grandes empresários estão sofrendo com essa questão do coronavírus há políticos pensando em reeleição, políticos pensando que vamos simplesmente destinar recursos e fechar os olhos e não fiscalizar. Esta Casa tem se mostrado muito presente e muito eficaz em ações de fiscalização. Tenho certeza de que os meus pares aqui vão deixar de fiscalizar centavo por centavo.

Esse dinheiro destinado para a criação de Centros de Triagem, que ajuda o município a não sobrecarregar a sua unidade pública, deverá ser utilizado de maneira transparente. É isso o que vamos cobrar.

Sr. Presidente, também ao finalizar as minhas palavras, quero chamar a atenção neste momento que tenho ouvido e tenho visto circular nos noticiários acusações ao nosso Secretário de Estado de Saúde, o Edmar. Não poderia me calar ao presenciar isso, pois vejo o tamanho comprometimento que o nosso Secretário de Saúde está enfrentando nesse momento de pandemia.

Todos os questionamentos que estão sendo feitos nas redes sociais até de alguns parlamentares parabenizo, porque estamos aqui, sim, para fiscalizar, mas devemos ter cuidado com o que falamos e propagamos, porque podemos estar cometendo injustiças. O Secretário Edmar com muita responsabilidade tem enfrentado esse período de pandemia que o nosso Estado está vivendo.